



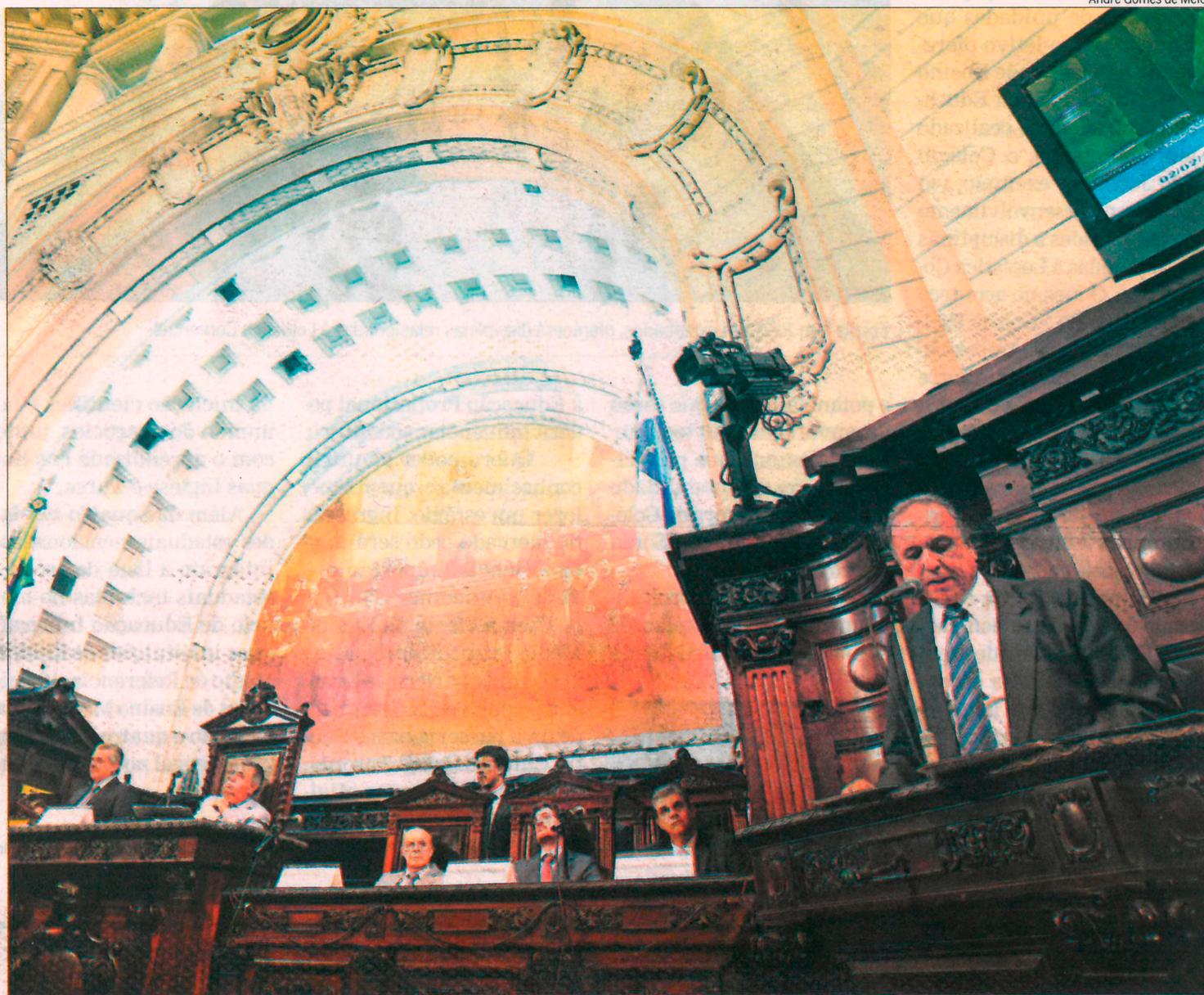
Projeto garantirá ajuste nas finanças do Estado

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL | Pezão entregou o documento à Alerj ontem

O governador Luiz Fernando Pezão entregou, ontem, à Alerj, o projeto que cria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo é promover um ajuste estrutural nas finanças do Estado, o que permitirá o planejamento do Rio de Janeiro além do petróleo. O conjunto de medidas é suficiente para gerar economia de R\$ 13,5 bilhões ao ano para os cofres estaduais.

Pezão quer a união entre os poderes do estado para o que ele denomina de “o Rio além do petróleo”. A meta é reduzir a dependência dos *royalties* do petróleo e enfrentar, de vez, o *déficit* do Rioprevidência. O projeto prevê, por exemplo, que Judiciário, Legislativo e Ministério Público serão responsáveis pelo recolhimento ao Rioprevidência de seus servidores. Hoje, o Tesouro estadual ainda paga 3% dos 22% da contribuição patronal dos outros poderes.

Medidas vão gerar economia de R\$ 13,5 bilhões ao ano para o Estado do Rio



André Gomes de Melo

Segundo o governador, o projeto de lei permitirá o planejamento das contas do Estado a médio e longo prazos

– Caberá ao Parlamento determinar o período de transição para as novas regras. Queremos deixar um legado para o Rio de Janeiro. A legislação é vital para o futuro do estado – afirmou o governador.

As medidas para a diversificação da economia fluminense nos últimos anos também foram lembradas por Pezão como esforços do Executivo.

– Temos trabalhando de maneira muito intensa para fugir da dependência do

petróleo, o que não é simples ou trivial. Conseguimos alcançar posição de destaque no cenário nacional, tornando o Estado do Rio o segundo polo automotivo e siderúrgico do país, além de termos atraído os principais centros de pesquisa para a cidade do Rio – disse Pezão.

De acordo com o secretário de Fazenda, Julio Bueno, as medidas enviadas à Alerj estão divididas em quatro blocos: Previdência, Desvinculação, Pessoal e Institucional.

A partir do último trimestre de 2014, houve uma intensa mudança na arrecadação do Estado, provocada pela forte queda nos preços do petróleo, setor que representa 30% do PIB do estado. O preço do barril caiu de US\$ 110 em junho de 2014, quando foi elaborado o orçamento de 2015, para US\$ 65 em junho de 2015. A média do mês passado foi de US\$ 30. Além disso, a Petrobras – que concentra 80% de suas atividades no Rio de Janeiro – paralisou diversas atividades.

– O Estado gerou quase R\$ 13 bilhões de receitas extraordinárias em 2015. Essas receitas foram fundamentais para gerar recursos para compensar a queda de 38% nas receitas de *royalties* em comparação com o ano anterior e, ainda, o recuo de 10%, em termos reais, na arrecadação de ICMS. A geração dessas receitas exigiu um esforço significativo, que incluiu a aprovação de 12 projetos de lei na Assembleia Legislativa – explicou o secretário.

Já o presidente do Rioprevidência, Gustavo Barbosa, explicou que um dos objetivos das medidas propostas, no que diz respeito à Previdência estadual, é o alinhamento das regras do Rio com outros estados, além da redução do *déficit*. Nos últimos anos, o *déficit* previdenciário vem sendo coberto, na sua maior parte, pelas receitas de *royalties* e participações especiais pela exploração de óleo e gás natural.

CONTINUA NA PÁGINA 4